

**“ESTAMOS NO CAMINHO CERTO PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA INSTITUIÇÃO MILITAR POLIVALENTE, CAPAZ DE ACTUAR NA DEFESA NACIONAL E NA SEGURANÇA INTERNA” \***

*Entrevista com o Coronel Fernando Carvalho – Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas de Cabo Verde*

**O chefe máximo das Forças Armadas analisa o profundo processo de remodelação em que o sector da Defesa do seu país está envolvido. E passa, essencialmente, pela missão de acompanhar os novos papéis que Cabo Verde desempenha no concerto internacional das nações.**

**Como vê o papel das Forças Armadas (FA) de Cabo Verde na actualidade e quais os seus maiores desafios?**

As Forças Armadas de Cabo Verde começaram um processo de reforma no início deste novo milénio, no sentido de procurar responder às aspirações da sociedade cabo-verdiana, que claramente exige uma postura mais actuante das suas Forças Armadas, face às preocupações que afligiam o país numa altura em que tinham de se adaptar à nova situação mundial criada com o fim do antagonismo entre o bloco ocidental e o bloco do leste, motivado pela falência do comunismo. No âmago desta transformação encontrava-se e ainda se encontra a questão crucial do papel que as Forças Armadas devem desempenhar na sociedade pois, sendo Cabo Verde um país que ascendeu à independência sem que tivesse havido, diferentemente dos outros países africanos lusófonos, uma luta armada no seu território, a legitimidade das Forças Armadas foi desde muito cedo questionada por alguns sectores transversais à sociedade, uma vez que a sua destinação constitucional para fazer face a um hipotético inimigo externo nunca foi de muito fácil compreensão por esses sectores que, diga-se de passagem, não tinham muitas razões para entender a situação.

**E no início do século arrancaram, então, as reformas.**

Uma vez desaparecido da cena internacional o antagonismo ideológico que se consubstanciava na Guerra Fria e que transferia a confrontação Leste-Oeste para o Terceiro Mundo ficaram a nu as debilidades dos conceitos estratégicos de muitos países do Sul e no nosso caso ousaria dizer que, neste quadro, os nossos conceitos também teriam que mudar, não porque Cabo Verde vivesse a lógica de confrontação da Guerra Fria, mas porque esse ambiente de confrontação influenciava, de certa forma, quer positiva quer negativamente a política militar do país. A evolução da situação internacional após os ataques terroristas de 11 de Setembro de 2001 veio contribuir decisivamente para a consensualização de certos conceitos que já se vinham modificando desde a queda do Muro de Berlim até se concluir, de facto, que os inimigos de outrora tinham deixado de o ser e que estavam condenados a se aliarem na luta contra o inimigo comum — o terrorismo internacional e todo o sistema que o suporta e que também se aproveita dele, designadamente o tráfico de droga, de armas de seres humanos e a criminalidade conexas. Muitos países, grandes e pequenos, fortes e fracos operaram mudanças profundas nos seus conceitos estratégicos de segurança e defesa nacional, estabelecendo paradigmas de

acordo com as suas ambições na esfera internacional e os seus interesses.

### **O que também aconteceu em Cabo Verde.**

Cabo Verde aproveitou esta janela de oportunidade que se abriu para se reposicionar face às ameaças mais prováveis e sem descurar que a independência nacional e a integridade territorial são valores inegociáveis e que portanto, devem ser defendidos a todo o custo, definiu os tráficos já referidos e a criminalidade organizada transnacional como das principais ameaças, contra as quais será legítimo defender-se com todos os meios ao seu alcance. Assim sendo, e perante um cenário em que se torna difícil distinguir se as ameaças são externas ou internas, à luz do conceito estratégico de defesa e segurança nacional recentemente aprovado, as Forças Armadas foram chamadas a desempenhar missões de luta contra essas ameaças difusas e, portanto foram-lhes, também, atribuídas funções que se podem enquadrar no âmbito da segurança interna, consubstanciando, deste modo uma mudança radical do seu papel.

## **DIVERSIFICAÇÃO**

### **Em que moldes?**

Actualmente, o papel das Forças Armadas não se limita a missões de defesa militar contra um eventual inimigo externo. Elas passaram a ter um papel muito mais amplo de defender contra ameaças internas, logo passaram a desempenhar um importante papel na segurança interna, quer em terra, quer no mar sob jurisdição nacional, onde têm, ainda, a missão de garantir a autoridade do Estado e de proteger os interesses nacionais quer sejam económicos ou culturais. É sob o prisma deste novo papel bastante abrangente das Forças Armadas, que se encontra em curso a reforma da instituição que já provocou alterações profundas na sua estrutura e organização, designadamente, a criação no seu seio de dois ramos - a Guarda Costeira e a Guarda Nacional. O primeiro já existia enquanto unidade e o segundo resulta da transformação das antigas Forças Terrestres, na base do predomínio de forças da Polícia Militar e de uma unidade extremamente móvel (os Fuzileiros Navais). Em virtude da enorme vulnerabilidade do país motivada pela sua configuração arquipelágica, donde resultam uma zona económica exclusiva sobredimensionada relativamente ao território terrestre e uma extensa linha de costa, um dos maiores desafios das Forças Armadas, entre vários outros, prendem-se com a sua capacitação para exercer o controlo possível das águas sob jurisdição nacional. Esta capacitação passa pela dimensão institucional que compreende uma maior ou menor integração dos serviços com competências no domínio da fiscalização marítima, o que não quer dizer, necessariamente, a sua unificação, mas que teria de atingir, certamente, uma integração sistémica. Passa, também, pelo equipamento da Guarda Costeira com meios navais, aéreos e outros, para além da vertente de formação.

### **Comentou-se a hipótese da transformação das formas armadas cabo-verdianas numa força de tipo Guarda Nacional. Essa ideia continua em aberto?**

Uma tão grande transformação das Forças Armadas teria de basear-se num estudo sobre as ameaças que pendem sobre o país e na melhor forma de as

enfrentar, na avaliação das capacidades do país e das vantagens e desvantagens de extinção, criação ou substituição de instituições, bem como na oportunidade de as realizar. Em alguns momentos ouviu-se falar, muito pouco é verdade, na transformação das Forças Armadas numa Guarda Nacional, mas julgo que isso nunca terá passado de ideias aventadas sem ter por base qualquer estudo, mas apenas porque era necessário encontrar melhores soluções das que eram oferecidas pela manutenção das Forças Armadas tal qual elas vinham sendo mantidas, com um papel pouco convincente, missões desadequadas à realidade e ao momento, mal equipadas e pouco motivadas. Com a transformação das Forças Armadas em curso e a sua consequente reestruturação com base em novas missões - atribuídas no quadro de um papel de utilidade nacional e social amplamente reconhecido e perante a revitalização das Forças Armadas a provar, no quotidiano, o quão úteis e necessárias elas são para o país e para as comunidades - julgo que terão desaparecido, ou então diminuído drasticamente, as razões que levaram ao seu questionamento e, consequentemente, da sua eventual substituição por uma outra instituição. Contudo, é estribado no reconhecimento das virtualidades de uma força tipo Guarda Nacional para um país como o nosso, porquanto ela incorpora valências tanto de forças militares, como de forças policiais que a reforma das Forças Armadas contemplou a transformação das Forças Terrestres em Guarda Nacional que neste momento está ainda em fase de construção. As missões atribuídas à nossa Guarda Nacional aproximaram-se muito das geralmente inerentes às gendarmarias, mas no que se refere ao seu estatuto há uma grande distância, o que de certa forma inibe, de certa forma, o cumprimento dessas missões. Estou convencido que estamos no caminho certo para a construção de uma instituição militar polivalente, capaz de actuar na defesa nacional e na segurança interna, que para além de ter valências de força militar e de força policial, tenha capacidades de crescer mediante mobilização e enfrentar quaisquer ameaças à segurança nacional compatíveis com as possibilidades de Cabo Verde. A continuidade deste trabalho dependerá, bastante, dos consensos políticos nacionais sobre a edificação do sistema de segurança nacional e poderá implicar, eventualmente, alterações constitucionais.

## PALCOS INTERNACIONAIS

**Cabo Verde ocupa uma posição geográfica essencial para a segurança do Atlântico. Como vê as capacidades das Forças Armadas para ajudar no combate ao narcotráfico e terrorismo? As FA de Cabo Verde nunca pensaram na hipótese de se constituir uma agência Lusófona, com sede em Cabo Verde, para o controlo aeronaval do Atlântico Sul?**

As notícias sobre o tráfico de drogas, de armas e de seres humanos na África Ocidental, sobre as pirogas que chegam às nossas costas e o aumento exponencial da imigração clandestina tendo o nosso país como destino final inquietam tanto as autoridades como os cidadãos. As fraquezas do país no domínio da fiscalização marítima são conhecidas e aproveitadas pelos narcotraficantes que continuam a utilizar o vasto mar de Cabo Verde para actividades ilícitas. O nosso país tem um território marítimo bastante grande e dificilmente terá condições para sozinho garantir o controlo das águas sob jurisdição nacional. No entanto, todos temos consciência da necessidade de

controlar a nossa ZEE e, mais do que isso, estamos cientes de que para além do seu controlo constituir uma obrigação à luz do direito internacional, ele é crucial para o desenvolvimento de Cabo Verde.

### **E que linhas de actuação vão nesse sentido?**

É nesse quadro que o Governo tem procurado parcerias com vários países amigos com Marinhas de Guerra com maior capacidade, no sentido de nos apoiarem no controlo do mar sob jurisdição nacional. Deste modo, já foram assinados acordos de fiscalização conjunta com Portugal, Espanha e Reino Unido e estão em fase de preparação novos acordos com outros países, designadamente, os Estados Unidos, cuja Marinha de Guerra e Guarda Costeira têm feito missões e exercícios conjuntos com a Guarda Costeira de Cabo Verde ao abrigo de protocolos pontuais. Desta forma, vamos superando algumas insuficiências no domínio da fiscalização marítima, embora saibamos que esta via será insuficiente se não nos dotarmos de uma capacidade própria para a missão de fiscalização. Esta capacidade terá de ser de acordo com as possibilidades do país, mas o importante é que ela exista e funcione. É assim que está em curso um importante programa de reequipamento das FA, principalmente no domínio da Guarda Costeira, para que a curto/médio prazo tenhamos capacidade de visualização do espaço marítimo e de projecção naval e aérea, de forma a estarmos em condições de diminuir ao narcotráfico, ao crime organizado e ao terrorismo o espaço marítimo sob jurisdição de Cabo Verde, uma vez que a sua completa negação seria utópica. Nós temos plena consciência da importância crescente do Atlântico Sul, que também abarca a zona onde nos inserimos a que costumamos designar por Atlântico Médio, mercê da transferência gradual do centro de gravidade do atlântico norte para essa área do globo. A dispersão geográfica da CPLP, que tem vindo a representar um obstáculo ao desenvolvimento da cooperação entre os nossos países passará, então, a constituir uma grande vantagem.

### **Como assim?**

A localização de uma boa parte dos países da comunidade à volta do Atlântico Sul concederá à Lusofonia, no seu conjunto, uma boa vantagem sob o ponto de vista estratégico com óbvia superioridade relativamente aos demais agrupamentos de países com eventuais interesses nessa área, designadamente no que toca à segurança. Neste caso, a potenciação da localização geográfica dos países da CPLP para o controle do Atlântico Sul, quer utilizando meios aéreos e navais, quer recorrendo a modernas tecnologias de visualização do espaço marítimo, traria enormes vantagens para cada um dos nossos países. A posição geográfica de Cabo Verde afigura-se, pois, ideal para centralizar um projecto dessa natureza e a nível técnico vimos abordando a possibilidade da constituição de uma agência lusófona de monitorização do Atlântico Sul e de Cabo Verde albergar a sua sede, na medida em que a segurança marítima está na nossa agenda e uma parceria para o controlo do Atlântico Sul viria ao encontro das nossas necessidades específicas. Mas a essas necessidades se deve juntar, ainda, a nossa opção por ser útil à comunidade e nada como sê-lo lá onde a nossa contribuição possa ter um peso expressivo.

### **Quais são as Bases do Programa de reequipamento das FA de Cabo Verde?**

A reforma em curso nas nossas Forças Armadas estriba-se em preceitos doutrinários que implicam desde logo, uma organização flexível, baseada no nível e tipo de ameaças e na abrangência das suas acções internas e internacionais, com realce para as missões de apoio à segurança interna e as operações de paz. Deste modo, em matéria de equipamento, está-se a pensar na programação militar que resultará da definição em curso do sistema de forças e do respectivo dispositivo, conjugada com as reais capacidades financeiras do país e as prioridades estabelecidas pelo Governo no âmbito do Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional. Contudo, é de referir que está-se a trabalhar um programa de equipamento, tendo já sido concluídos alguns projectos, designadamente, os ligados às comunicações, aos meios de transporte tácticos e administrativos, à informatização, ao estabelecimento de energias renováveis e à infra-estruturação.

### **E no caso específico da Guarda Costeira?**

Relativamente à Guarda Costeira - componente das FA sobre a qual recai atenção especial - encontra-se em fase de elaboração o respectivo plano de desenvolvimento estratégico, visando a sua adequação aos novos desafios, isto em termos de meios e dispositivos. Deste plano constam projectos de aquisição de navios, embarcações, aviões, helicópteros, bem como a infra-estruturação de serviços em terra para a monitorização do espaço marítimo nacional com financiamento nacional e ou com recurso a parcerias existentes e a estabelecer-se no quadro das relações bilaterais e multilaterais a nível internacional. Esses projectos concorrerão para a elaboração das leis de programação e de infra-estruturação militares com o objectivo de se estabelecer a necessária planificação de alocação dos meios, atendendo à escassez dos recursos financeiros e à dialéctica constante entre as necessidades e as possibilidades.

## **LINHAS DE COOPERAÇÃO**

### **Qual é o estado da cooperação técnico-militar com Portugal?**

A cooperação técnico-militar entre os nossos dois países é gerida através dos respectivos ministérios da Defesa, cujo potencial beneficiário somos nós as FA. Por esta razão eu atrevo-me a dizer e com propriedade que o seu estado é francamente satisfatório e em constante desenvolvimento. Temos em marcha vários Projectos estabelecidos no Programa-Quadro em relação aos quais temos contado com a presença em Cabo Verde de especialistas militares portugueses muito bem qualificados e muito interessados no desenvolvimento da nossa instituição com os quais continuaremos a contar, certamente. Os indicadores da cooperação técnica no domínio militar entre Cabo Verde e Portugal apontam para ganhos significativos, designadamente nas áreas de organização, formação e equipamento das unidades de Fuzileiros Navais e da Polícia Militar, no domínio de montagem e gestão de cursos de formação de sargentos e oficiais do Serviço Efectivo Normal, na reorganização interna da Guarda Costeira, na conceitualização de questões relativas à busca e salvamento e autoridade marítima, nos treinos específicos ligados à abordagem no mar e aos vários incidentes e acções decorrentes da navegação marítima e na fiscalização marítima conjunta. Uma área privilegiada é a de formação, tanto em Cabo Verde com em Portugal. Neste momento encontram-

se frequentando estabelecimentos militares de ensino portugueses, 26 alunos, sendo 11 na Academia Militar, seis na Escola Naval, quatro na Escola Prática de Infantaria, 1 no Curso de Promoção a Oficiais Superiores e quatro nas escolas de Formação de Sargentos. Aliás, não fosse essa cooperação, a situação em relação aos quadros, sobretudo no que tange a oficiais, seria bastante difícil, na medida em que Portugal é o nosso principal parceiro em matéria de formação de oficiais dos quadros permanentes.

### **E quais são outros parceiros preferenciais para as FA de Cabo Verde?**

Relativamente a outros parceiros preferenciais devo destacar os Estados Unidos da América, a República Popular da China e Angola, para além dos países membros da CEDEAO e da CPLP, organizações onde nos encontramos inseridos.

### **E as relações com a NATO e a UE?**

O meu país, desde sempre, tem pautado por uma diplomacia que pugna pela cultura da paz e concórdia entre as nações. Se o objectivo fulcral da NATO consiste em salvaguardar a liberdade e a segurança de todos os seus membros, claro está que este objectivo não distancia dos valores que Cabo Verde cultiva. Por esta razão entendo que as relações entre essa organização e Cabo Verde são normais, sobretudo quando se sabe que o meu país tem uma excelente relação de cooperação com quase a totalidade de países que a integram. Uma prova inequívoca desta relação foi a realização em Cabo Verde, em 2006 do exercício militar da NATO (NRF), Steadfast Jaguar 2006. Por outro lado, a própria conjuntura internacional privilegia a concertação entre as nações e organizações, visando a partilha de informações para uma segurança cooperativa. No que tange à União Europeia a situação é idêntica da referida relativamente à NATO com realce pelo facto de entre essa organização e Cabo Verde existir um acordo de parceria especial que tem na segurança como um dos pilares fundamentais.

### **Como vê a recente criação do novo Serviço de Informações da República de Cabo Verde? E também do cargo de Conselheiro de Segurança Nacional?**

A criação do Serviço de Informações da República e a sua entrada em funcionamento com a recente nomeação do seu Director Geral foi das boas notícias que acolhi com muito agrado uma vez que significou um passo importante para a edificação do sistema de segurança nacional. Cabo Verde viveu os últimos vinte anos (desde a implantação de democracia pluripartidária em 1990) sem serviços de informações e ninguém será capaz de avaliar o mal que representou para o país essa incapacidade de prevenção. Juntamente com a criação do SIR está-se a desenvolver, também, o serviço de informações militares que esteve praticamente inactivo durante todo este tempo. Depositamos grandes esperanças nestes serviços que pela sua importância existem em todos os estados democráticos, sujeitos ao controlo parlamentar como garantia de que as suas funções não serão extrapoladas. O cargo de Conselheiro de Segurança Nacional é de inquestionável importância num sistema de segurança nacional como o que pretendemos erigir em Cabo Verde, baseado na complementaridade dos órgãos que o integram, uma vez que constitui o suporte do Governo em matéria de planeamento e coordenação dos sectores de segurança interna, informações e defesa nacional. O

funcionamento deste órgão é a garantia do desenvolvimento harmonioso do sistema de segurança nacional e da sua actuação integrada, caracterizada pela coordenação permanente, articulação programada e complementaridade institucional.

*\* Entrevista concedida pelo Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas de Cabo Verde à Revista Segurança e Defesa, publicada no seu número 14, referente ao trimestre Julho – Setembro de 2010*